TL7264

S. R.

Universidade do Porto

Reitoria

Excelentíssimo Senhor
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Porto, 23 de Setembro de 1996

Assunto: Timor Leste.

Excelência:

Em 8 de Setembro recebi um apelo urgente para o envio de US$ 5,000 para o Dr. Max Lane, Coordenador Executivo da International Public Education and Dialogue Conference realizada em Sydney, Austrália, de 21 a 27 de Junho passado, e organizada pela Universidade do Porto com a colaboração de outras universidades, sobre

"East Timor, Its Future in the Asia Pacific",

a fim de facilitar a saída da Indonésia de dois democratas indonésios que tinham participado na referida Conferência onde defenderam, clara e publicamente, a autodeterminação de Timor Leste, a fim de fazerem uma campanha internacional e de evitar que fossem detidos.

Este apelo, que foi me dirigido, foi objecto, também, de uma campanha internacional, cuja magreza de resultados terá determinado o seu direccionamento na nossa direcção.

Antes de ter havido uma reacção da nossa parte, ou de a comunidade internacional ter correspondido, suficientemente, ao apelo, os dois democratas indonésios em causa foram presos. Trata-se do Wilson, que Vossa Excelência conheceu em Lisboa, em Fevereiro deste ano, na Conferência Internacional que a Universidade do Porto organizou, subordinada ao tema:

"Solidariedade da Juventude Indonésia, Esperança para Timor Leste",

e que também participou na Conferência de Sydney em Junho passado, e do Anom, que em Sydney defendeu, clara e publicamente, a autodeterminação de Timor Leste.

A sua prisão representa, por um lado, um peso moral, dada a inacção perante o apelo que antes tinha sido formulado. Ela representa também, por outro lado, uma perda política de valor. Se tivesse sido possível a sua saída da Indonésia seriam, por certo, dois arautos da

autodeterminação de Timor Leste. Agora são duas vozes amordaçadas nas prisões do regime ditatorial de Jakarta.

Aproveito para informar que também foi preso o Dr. Mochtar Pakpahan, líder da Federação Sindical Indonésia SBSI, que defendeu, em livro, um referendo de autodeterminação para Timor Leste, também participou na Conferência realizada em Lisboa, tendo, nessa ocasião, sido recebido pelo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, que considerou muito útil e interessante o encontro.

Regressado à Indonésia, foi propôr a parlamentares do seu país a realização de um Referendo de Autodeterminação para Timor Leste, única solução que ele, como especialista doutorado em Direito Constitucional considerava compatível com a própria Constituição da República da Indonésia.

A sua proposta foi noticiada em artigo do Jakarta Post, um jornal lido pelas élites intelectuais da capital indonésia, em 13 de Março de 1996, como oportunamente dei conhecimento a Vossa Excelência.

Foi em 30 de Julho de 1996 que o Dr. Mochtar Pakpahan foi preso, e as últimas imagens que a televisão passou dele, eram de um homem quebrado (muito provavelmente pela tortura) que se deslocava amparado por duas pessoas, uma de cada lado.

De Timor, e dos timorenses aí residentes que participaram na Conferência de Sydney, temos poucas notícias. Mas a angústia prespassa as poucas palavras que de alguns chegam ao exterior. Algumas fontes referem que, desde Junho de 1996 terão "desaparecido" mais de cem timorenses.

A capacidade de reacção, quer internacional quer nacional, perante estas situações dramáticas, continua a ser quase nula.

Como cidadão do Mundo e como Coordenador das Jornadas de Timor da Universidade do Porto não posso ficar indiferente a este tristes acontecimentos.

Como Ministro dos Negócios Estrangeiros poderá Vossa Excelência considerar que não tem nada a ver com o assunto, independentemente daquilo que, como cidadão do Mundo, e como ser humano, estes acontecimentos possam significar para o Sr. Dr. Jaime Gama.

Mas, talvez a questão não seja tão simples e linear.

Com efeito, dado o papel de Portugal como Potência Administrante de Timor Leste, incumbem-lhe particulares responsabilidades, quer directas, que pode e deve assumir plenamente, quer indirectas, cuja assumpção por terceiros deverá, em minha opinião, suscitar e potenciar.

Propuzemos, no passado, a criação de uma Fundação ou outra organização internacional, com financimaneto internacional, nomeadamente da União Europeia, (e também de Portugal, nomeadamente numa fase incial) que pudesse apoiar a Causa de Timor Leste, no plano internacional, e que poderia também dar algum apoio aqueles que na Indonésia lutam pela democracia e pelos direitos humanos e pela autodeterminação de Timor Leste. Depois de várias

reuniões e diversos almoços, quer em Coimbra, com a presença dos reitores das Universidades de Coimbra e do Porto, de um eurodeputado, do então Presidente da Assembleia da República (de uma anterior legislatura) e outros deputados, quer em Lisboa, o resultado foi nulo.

As propostas que temos feito de se criar, em Portugal, uma Fundação Timor Leste, ou outra instituição flexível e dinâmica para tratar do problema, são repetidas, ano após ano, também sem concretização.

As propostas para que o Orçamento Geral do Estado inclua uma verba significativa para Timor, esbarram com a incompreensão e o desinteresse, preteridas sempre por outros objectivos considerados mais prioritários numa hierarquia de valores e responsabilidades que nos parece invertida.

A falta de verbas do Estado para iniciativas sobre Timor Leste obriga a procurar outras fontes de financiamento que, uma vez exauridas, deixam de poder responder a estas e outras situações de emergência.

A máquina burocrática do Governo, além de manifestar ter falta de verbas, não tem, geralmente, rapidez de resposta, mesmo quando se trata de simples viagens de membros da Resistência Timorense.

É evidente, que nalguns casos, não é ao Governo Português que cabe responder. Há questões de melindre diplomático a ter em conta, quando se trata, por exemplo, de apoiar a oposição democrática ao regime indonésio, as quais não podem ser esquecidas, apesar da evolução que tem tido o direito de ingerência humanitária.

Mas há organizações internacionais, como a APCET (Asia Pacific Coalition for East Timor) que poderiam e deveriam ser apoiadas, e outras que é necessário ajudar a criar.

Neste momento está em risco a realização de uma Conferência Internacional organizada pela APCET para ter lugar em Kuala Lumpur, Malásia, em Novembro deste ano. Mas, as restrições postas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a qualquer outro financiamento, em 1996, de iniciativas em que a Universidade do Porto esteja envolvida, e as dificuldades que esta e outras universidades portuguesas têm encontrado para satisfazer o compromisso que os representantes de quatro reitores assumiram em Sydney, em Junho, relativamente ao apoio que julgavam poder assegurar à concretização dessa conferência, arriscam-se a torná-la inviável. A audiência solicitada, há meses, para abordar essa questão, ainda não teve lugar.

Sempre defendemos, publicamente, a necessidade de Portugal integrar as Forças de Paz na Bósnia. Mas perguntamo-nos se o Estado Portugês gastará, por ano, com Timor Leste, um décimo do que gasta com a Bósnia. Duvidamos que o faça. E, no entanto, não podemos deixar de considerar a responsabilidade portuguesa em relação a Timor Leste incomparavelmente maior do que em relação à Bósnia. Acresce que a situação em Timor tem sido e continua a ser ainda mais dramática do que na ex-Jugoslávia.

Nestas circunstâncias perguntamo-nos com que moral pode a Universidade do Porto continuar a organizar conferências internacionais, se depois se vê incapaz de oferecer a menor protecção aos que se arriscam a nela participar e defender a autodeterminação de Timor Leste,

nem pode contar com outras organizações internacionais que o façam.

Pelo que me diz respeito devo dizer, como Coordenador das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, que assim não posso nem devo continuar.

Se, na lógica do Estado, a Bósnia é mais importante e prioritária do que Timor Leste - ou se, o comportamento real traduz isso mesmo - o que, a continuar, seria um tremendo erro moral e histórico, de dramáticas consequências para o Povo de Timor Leste e para os amigos que, na Indonésia, defendem o seu direito à autodeterminação e os seus direitos humanos, a tarefa prioritária tem que ser inverter essa desordem estabelecida.

Se não existem, nem em Portugal nem no estrangeiro, instituições capazes, não só de apoiar a luta pela autodeterminação do Povo de Timor Leste, mas também aqueles que na Indonésia estão solidários com Timor e lutam pelos direitos humanos e pela democracia, então a criação destas instituições - ou garantir o necessário financiamento às já existentes - tem que ser tarefa prioritária também.

Como Coordenador das Jornadas de Timor da Universidade do Porto não posso continuar a abandonar à sua sorte aqueles que tão importante papel tiveram e têm na luta pelo fim da ocupação e do terror em Timor Leste, e aceitar, de braços cruzados, que continue a não existir qualquer organização internacional capaz de dar o apoio necessário nas horas críticas da luta.

Não posso continuar a calar um grito de revolta perante a fraqueza da reacção do Estado e da Sociedade Portuguesa face a esta ignomínia, e perante a sua incapacidade de motivar e potenciar outras solidariedades internacionais.

E não me sinto moralmente em condições de convidar timorenses e indonésios residentes nas suas terras de origem e aceitar que corram riscos de prisão e tortura, eventualmente de condenação à morte, que é o que arriscam os três cidadãos indonésios referidos, e o que, mesmo sem condenação, arriscam todos os timorenses, nomeadamente os que participam nas iniciativas promovidas pela Universidade do Porto, sem haver, nacional e internacionalmente, organizações capazes de oferecer alguma protecção e apoio.

Nestas circunstâncias, e apesar dos inúmeros contactos e diligências já encetadas para organizar um conjunto de conferências nos Estados Unidos e no Canadá (nomeadamente em Nova York, Berkley e S. Francisco, Yale, Vancouver, etc), em que previa a participação, não só de representantes da Resistência Timorense, mas também de democratas indonésios, e enquanto não houver condições para uma acção mais eficaz do Estado e da Sociedade portuguesa e também da solidariedade internacional, para libertar Timor Leste da ocupação e defender os timorenses e os seus companheiros de luta indonésios, não me sinto em condições de assumir os riscos morais inerentes.

Apesar das críticas que temos feito, ao longo dos anos, a alguns aspectos da política praticada por vários governos, a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto teve sempre a preocupação de manter um diálogo franco com os Orgãos de Soberania, com a preocupação de contribuir para aquilo que é, claramente, um objectivo nacional, fundado no direito internacional e nas responsabilidades morais, políticas e históricas que tem Portugal relativamente a Timor Leste. Fizémo-lo sempre com a consciência de que as estruturas universitárias têm uma liberdade de acção que lhes permite actuações que, por vezes, são mais

dificilmente assumíveis pelos governos, e, por esse facto, têm também particulares responsabilidades, as quais temos procurado assumir ao longo dos anos. Mas há condições mínimas que têm que ser garantidas pelos Orgãos de Soberania para que essa actuação da Sociedade Civil possa ser exercida com responsabilidade e eficácia.

Admito e espero que outros possam fazer aquilo que à Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto se tornou, de momento, impossível. Seja quem fôr que o faça, poderá contar com o apoio da Comissão e o meu próprio naquilo que fôr considerado útil ou necessário. Mas, sem se criarem, primeiro, condições mínimas, não é possível dar os passos que as circunstâncias impõem. Outros deverão assumir as responsabilidades a tal inerentes.

Não tem medida o medo, a dôr, e a incerteza que reinam naquele enorme campo de concentração que é Timor Leste, há já mais de vinte anos.

Dói, ver a quase indiferença com que tantos assistem ao arrastar do drama e protelam iniciativas e apoios.

E não é possível calar a revolta.

Depois de muitos anos a lutar para evitar que o Estado Português cometesse erros irreparáveis de dramáticas consequências para o Povo de Timor Leste e para a própria dignidade de Portugal, depois de tantos anos de uma desgastante e inglória luta para que haja verbas e instituições capazes, nacional e internacionalmente, de corresponder minimamente às responsabilidades nacionais e internacionais para com Timor Leste, somos obrigados a concluir, mais uma vez, que ainda não foi desta que se abriram os caminhos a uma solidariedade suficientemente dotada para poder ser eficaz. Até hoje só uma das dezenas de iniciativas da Universidade do Porto sobre Timor teve financiamento atempado e suficiente. Descontos nos preços das viagens permitiram até gastar menos do que o previsto, possibilitando o pagamento de dívidas anteriores e a realização de outras acções de menor custo.

Em todos os outros casos, ontem como hoje, a árdua tarefa de conseguir verbas obriga a um trabalho desgastante, não só em tempo e energias dispendidas, mas também na própria imagem. Muitas vezes parece que a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, e o seu Coordenador, são considerados, se não como "inimigos", pelo menos, como uns incomodos, quando desejavam e deveriam ser considerados como aliados numa luta que é comum, do Estado e da Sociedade Portuguesa.

É um desgaste que tem que ser tido em conta e que condiciona, inevitavelmente, acções futuras. O surgimento e desenvolvimento de outros protagonistas é, hoje, mais do que nunca, imprescindível. Espero que Vossa Excelência seja capaz de encontrar pessoas e instituições em que confie e que possam realizar, com maior êxito, aquilo que a Universidade do Porto tem tentado.

As conferências nos Estados Unidos são muito importantes. Mas, o apoio à Resistência Timorense e aos timorenses é-o muito mais, e continuamos a assistir com vergonha, ao mendigar de cada passagem aérea para um membro da Resistência se deslocar a qualquer lado. Aliás, consideramos que os fundos canalisados para a Resistência, para a Igreja e para o Povo de Timor Leste, são manifestamente insuficientes e inadequados às suas tremendas necessidades e dificuldades.

As conferências, na Malásia, nos EUA e noutros países, são importantes com a participação de timorenses e de indonésios vindos dos próprios territórios. Mas sem um mínimo de condições de apoio, à posteriori, tornam-se um perigo, quase uma ratoeira, que pode ter dramáticas consequências.

A tarefa prioritária tem, pois, que ser a de criar condições institucionais e materiais para viabilizar todas as outras.

Terei o maior gosto, como Coordenador das Jornadas de Timor da Universidade do Porto e como cidadão, de cooperar com Vossa Excelência na criação das estruturas e definição dos meios necessários, e estou disponível para qualquer conversa com Vossa Excelência, se e quando o julgar útil.

Poderá contar, Vossa Excelência, com a minha cooperação franca e leal, como poderá contar também com a minha determinação, que é a mesma de sempre, de continuar a lutar contra tudo e contra todos os que, independentemente das suas intenções, ponham obstáculos à luta pela Libertação do Povo de Timor Leste da ocupação a que está sujeito, e à democratização de Timor e da Indonésia.

A situação presente não tolera adiamentos nem esperas. A situação política actual na Indonésia cria oportunidades de mudança que não podem ser perdidas, e envolvem riscos que exigem actuação rápida e eficaz, quer em relação aos cidadãos e às organizações indonésias, quer relativamente aos cidadãos e à Resistência timorenses.

Esperamos que, com o novo Orçamento Geral do Estado a situação se altere completamente, a bem de Timor Leste e da dignidade de Portugal.

Renovando a expressão da minha disponibilidade para estudar soluções para estes graves problemas me despeço, com os mais respeitosos cumprimentos,

O Coordenador das Jornadas de Timor da UP

A. Barbedo de Magalhães
(Prof. Catedrático)